



REPORTAGEM DE CAPA

E JÁ PENSAM EM 2022...

OS BENEFICIÁRIOS DO GOLPE
DE 2016 COGITAM DE UMA ELEIÇÃO
ILEGAL E AMORAL DOIS ANOS
E MEIO ANTES QUE ACONTEÇA

por ANDRÉ BARROCAL

O deputado-pastor Marco Feliciano, de São Paulo, foi expulso dia 6 do Podemos. Nada a ver com os 157 mil reais em verba pública gasta para tratar dos dentes, como anotara a direção paulista do partido ao enxotá-lo em dezembro. A cúpula nacional chutou-o por ele ter apoiado Jair Bolsonaro na eleição de 2018. Mas viu isso só agora? Foi uma tentativa de demarcar mais distância do governo, a quem a sigla acaba de processar no Supremo Tribunal Federal, para irritação pública do presidente, devido à autorização do Banco Central para a cobrança de juro de todo correntista que tiver cheque especial acima de 500 reais, até mesmo se não usar. Há, porém, um outro significado por trás da expulsão. Feliciano

acha Bolsonaro imbatível em 2022 e queria ser seu vice. Sem ele, o Podemos está definitivamente de braços abertos para abrigar Sérgio Moro se este sair candidato a presidente na próxima eleição. Contra o ex-capitão.

O ministro da Justiça diz que não vai concorrer, nem se filiará a partido, mas há quem queira dobrá-lo. Um destes é o líder do Podemos no Senado, o paranaense Álvaro Dias, de 75 anos, que disputou o Palácio do Planalto em 2018 com um discurso lavajatista. Em setores da mídia, Moro volta e meia é retratado como ator político em ascensão, dono de predicados para altas ambições. Nas Forças Armadas, há quem veja essa ideia com carinho. Segundo um general aposentado, seria “factível” os militares trocarem Bolsonaro por Moro. Por várias razões. A influência excessiva dos filhos do ex-capitão no governo. A falta de compos-



EVARISTO SA/AFP E MICHEL JESUS/CÂMARA DOS DEPUTADOS





Feliciano, expulso do Podemos, enxerga em Sérgio Moro um candidato "imbatível" e já se candidata a vice na chapa vitoriosa

tura do presidente. E, principalmente, as ligações do clã Bolsonaro com as milícias do Rio. De quebra, Moro se dá bem com o ministro da Economia, o ultraliberal Paulo Guedes, responsável por sondá-lo e transmitir-lhe o convite de Bolsonaro para entrar no governo. Ou seja, com a simpatia do PIB o ex-juiz talvez conte, caso se mostre um *Chicago Boy*.

“O Moro é o candidato ideal da extrema-direita ou da direita”, avalia o cientista político Renato Perissinotto, da Universidade Federal do Paraná, ex-presidente da Associação Brasileira de Ciência Política. “Tem algum verniz de credibilidade, a aura de paladino. Além disso, só fala em polícia e cadeia: defende

mais violência, mais repressão e menos controle dos agentes estatais na segurança pública...”

Certas pesquisas dão gás ao sonho de uma candidatura do ex-juiz. O ministro parece maior do que o patrão. Em dezembro, sua gestão no ministério era aprovada por 53% dos brasileiros, informa o Datafolha. O índice geral do governo

Bolsonaro era de 30%. A credibilidade do ex-juiz também era superior: 33% de alta confiança e 23% de média em Moro, ante 22% e 22%, respectivamente, para o presidente. Em 4 de dezembro, um dia antes de o Datafolha ir a campo, o ministro participou de uma conversa com empresários e jornalistas, *CartaCapital* incluída, promovida pelos jornais *O Globo* e *Valor*, e comentou que não se deixava levar pela popularidade. “Não fico perdendo tempo no espelho.”

O ex-juiz venceria o ex-capitão, se ambos concorressem, de acordo com outra pesquisa, de outubro. Daria 38% a 34% para Moro, segundo a agência de comunicação FSB, que fez o trabalho por encomenda da *Veja*. Era o único cenário em que Bolsonaro perdia. Dias antes dessa notícia, o ministro dizia que tem “dever de lealdade” com o presidente, que não se filiaria ao Podemos e que não tem “perfil

**EM DEZEMBRO,
O MINISTRO DA
JUSTIÇA CONTAVA
COM APROVAÇÃO
DE 53% DOS
PESQUISADOS.
BOLSONARO NÃO
PASSAVA DE 30%**



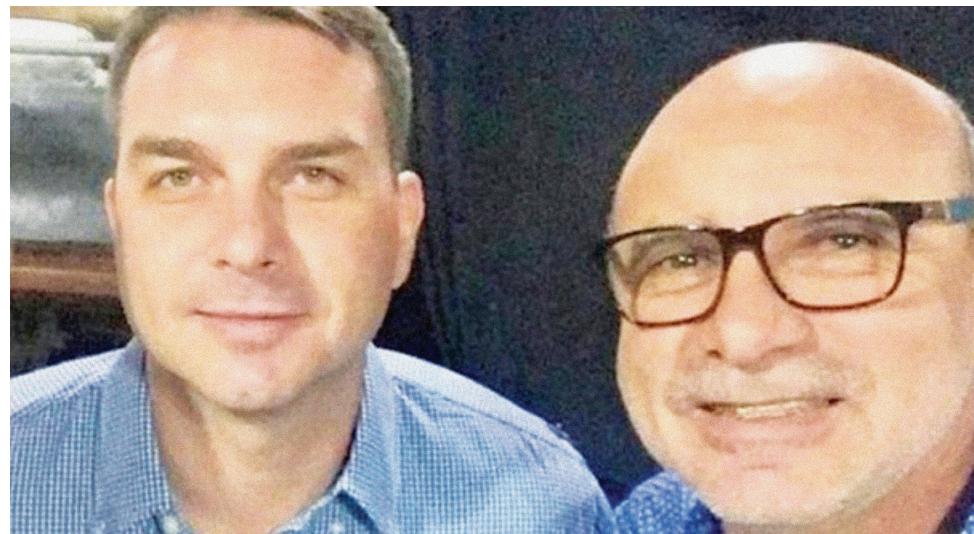
REPORTAGEM DE CAPA

O tema “corrupção” está em baixa. Por causa das ligações de Flávio com Queiroz

político-partidário”. Convenceu o chefe? Entre o dia das declarações do ministro e o da divulgação do levantamento, Moro esteve ao lado do presidente em uma solenidade pelo Dia da Bandeira. Levou de Bolsonaro um tiro metafórico na cabeça, com aquele gesto de “arminha” feito com as mãos pelo ex-capitão.

Apesar do que sugerem os números, o “morismo” não é maior do que o bolsonarismo, na visão do professor da Universidade Federal de Minas Gerais Leonardo Avritzer, também ex-presidente da associação dos cientistas políticos. “O Moro tem mais apoio midiático, é poupado pelas Organizações Globo, enquanto o Bolsonaro é criticado. Mas o bolsonarismo é maior na sociedade, conta com o apoio de evangélicos, de empresários, das milícias digitais. O ‘morismo’ tem um discurso muito concentrado no combate à corrupção”, afirma. Para Avritzer, é possível que Bolsonaro abandone definitivamente a pauta anticorrupção, que nunca foi sua prioridade em 28 anos como deputado, e jogue tudo na ideologia antiesquerda e no autoritarismo. Nesse caso, Moro teria de escolher: afastar-se de Bolsonaro, a fim de preservar a aura de paladino? Ou aderir à linha ideológica do chefe e esquecer a “corrupção”, o que reforçaria a imagem de perseguidor do PT?

A gestão Bolsonaro já se distanciou da luta contra os malfeitos, na visão do general Carlos Alberto dos Santos Cruz, chefe da Secretaria de Governo de janeiro a junho de 2019. “O combate à corrupção, que foi o carro-chefe (na eleição), digamos assim, juntamente com o antipetismo, não ficou tão caracterizado e acho até que em alguns pontos se afastou, se afastou disso aí. E isso aí eu acho que



**VALEIXO, INDICADO
POR MORO,
PRETENDIA O
DELEGADO SOUZA EM
LUGAR DE RICARDO
SAADI, QUE MEXIA
COM MILÍCIAS.
BOLSONARO QUERIA
OUTRO, MAS
FICOU SOUZA**



trouxe desilusão para muita gente”, disse à BBC Brasil em 6 de janeiro. Um dos pivôs da queda de Santos Cruz foi o chefe da Comunicação Social da Presidência, Fábio Wajngarten, com quem se atritou. Wajngarten acaba de ver-se envolvido em um escândalo. Teria mantido o controle de empresas que são contratadas por canais de tevê que recebem dinheiro da publicidade estatal, segundo a *Folha*. Conflito de interesses na veia.

Não é por causa desse tipo de episódio, no entanto, que Bolsonaro tem se desviado do enfrentamento da corrupção. O motivo é doméstico. Os rolos do filho Flávio, investigado no caso Fabrício Queiroz e das “rachadinhas”. E os laços do clã Bolsonaro com milicianos fluminenses presos em 2019, como o major da PM Ronald Pereira Alves, condecorado por Flávio quando este era deputado estadual no Rio, e do foragido capitão da PM Adriano Magalhães da Nóbrega, outro homenageado e que teve a mãe e a esposa empregadas no gabinete de Flávio, no passado.

As encrenças familiares quase levaram Bolsonaro a demitir Moro. Foi em

Bolsonaro pretendia demitir o ministro da Justiça, quem segurou Moro foi o general Heleno

REPRODUÇÃO/MÍDIA SOCIAL FÁBIO RODRIGUES POZZOBOM/ABR, NELSON IRISTE, E MARCOS CORRÊA/PR



agosto de 2019, após uma conversa dura entre eles no Palácio da Alvorada, conforme um livro recém-lançado sobre o primeiro ano do ex-capitão no poder, *Tormenta*, da jornalista Thaís Oyama. O ex-juiz escapou da degola, diz a obra, graças ao general Augusto Heleno, chefe do GSI, o órgão federal de inteligência. “Se demitir o Moro, o seu governo acaba”, teria dito Heleno ao presidente.

Em julho de 2019, Flávio havia pedido ao Supremo uma liminar contra as investigações de que era alvo no caso Queiroz. Argumentou ser ilegal um relatório que o implicava e fora preparado pelo Coaf, órgão de combate à lavagem de dinheiro. O comandante da corte, Dias Toffoli, atendeu-o no dia 15 daquele mês. Suspendeu todos os inquéritos baseados no Coaf. Moro foi a Toffoli duas semanas depois. Era contra amordaçar o Coaf e, portanto, contra a liminar, derrubada pelo Supremo em dezembro.

Em 15 de agosto, Bolsonaro expôs sua contrariedade com Moro. Anunciou na porta do Alvorada a demissão do chefe da Polícia Federal no Rio, Ricardo Saadi, e o nome do policial que queria na vaga, Alexandre Saraiva. Saadi mexia com “milícias”, segundo um interlocutor. Subordinada ao ministro da Justiça e comandada por um indicado de Moro, o delegado Mauricio Valeixo, a PF era contra uma demissão atabalhoadas e pretendia pôr no cargo um indicado próprio, Carlos Henrique Oliveira de Souza. Uma semana depois, Bolsonaro deu um recado claro a Moro. Se não pudesse trocar o superintendente da PF no Rio, trocaria o diretor-geral, Valeixo. “Está na lei que eu que indico, e não o Sérgio Moro. E ponto final.” No fim das contas, o nomeado foi o delegado Souza, empossado em dezembro.

A relação de Moro e Bolsonaro começou com o pé esquerdo. E por culpa do primeiro. Em 30 de março de 2017, Moro era juiz e foi ao Congresso,



Santos Cruz deixou o governo por obra de um atrito com Fabio Wajngarten

debater com parlamentares. Então deputado, Bolsonaro correu atrás dele no Aeroporto de Brasília, enquanto um assessor gravava tudo em vídeo. Aproximou-se e bateu continência. Moro afastou-se, sem dar bola. Depois ligaria para Bolsonaro e pediu escusas por tê-lo ignorado. O hoje presidente ficou chateado com a desfeita, como contou na campanha de 2018. Em novembro passado, recordou o episódio durante um evento. Mas fez o reconhecimento devido. Sem Moro como juiz, disse, “eu também não estaria aqui”. Claro: a Operação Lava Jato tirou Lula da eleição, e o petista era o favorito nas pesquisas.



Em agosto, Flávio pediu a Toffoli que suspendesse os inquéritos que o envolviam no Coaf. Foi atendido



REPORTAGEM DE CAPA

A solenidade em que Bolsonaro fez tal comentário era de formatura de novos policiais federais. Na PF, conta um policial, cerca de 70% das pessoas votaram em Bolsonaro, revoltadas com os vícios da classe política expostos pela Lava Jato. Para essa fonte, não haveria dificuldade de a corporação pular da canoa de Bolsonaro para a de Moro na próxima campanha, também por desencanto no caso do tema “corrupção”. Embora esse policial acredite que o ministro da Justiça se comporte hoje como “capanga” do presidente. Por exemplo: Bolsonaro pediu a Moro, e a PF abriu um inquérito contra o porteiro que citara o nome do presidente em depoimento sobre o assassinato de Marielle Franco.

Em Brasília, ainda há quem bote fé no ex-chefe da Lava Jato como paladino. No Congresso, há um bloco intitulado “Muda Senado” que bem poderia ser rebatizado de “Moro 2022”. É uma bancada de 21 senadores de vários partidos, o Podemos à frente, unidos pela disposição de fazer da luta anticorrupção sua bandeira. Ali sobram frustrados com Bolsonaro. Tentaram em 2019 emplacar uma CPI Lava Toga, com foco no Supremo, mas o governo não apoiou a iniciativa, devido à situação de Flávio Bolsonaro. O grupo é o grande aliado do ministro da Justiça no Legislativo. Foi com ele que Moro traçou um plano para tentar ressuscitar as prisões de condenados em segunda instância, após o Supremo proibi-las, em novembro. O bloco botou para andar uma lei autorizadora das detenções, a fim de contornar a má vontade dos deputados, debruçados sobre uma mudança na Constituição, solução mais complexa.

A relatora da lei é a senadora Selma Arruda, do Podemos de Mato Grosso. Ex-juíza, Selma foi eleita em 2018 com a

Selma, cassada pelo TSE por caixa 2 e abuso de poder econômico, mas protegida por Moro, segue com o seu mandato de senadora



Presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, até hoje não foi recebido pelo ministro da Justiça

campanha “Moro de saias”. Em dezembro, foi cassada pelo Tribunal Superior Eleitoral, por caixa 2 e abuso de poder econômico. Foram 6 votos a 1, apesar de Moro, o de cuecas, ter feito *lobby* no TSE pela senadora. Quem diria que o homem que um dia achou caixa 2 pior do que corrupção agiria assim... Selma segue com mandato até o Senado voltar de férias.

A proibição das prisões em segunda instância foi uma das derrotas colecionadas pelo ministro da Justiça no ano passado, conforme ele próprio reconheceu naquele evento de 4 de dezembro com jornalistas e empresários. Não só o Supremo as vetou, como a autorização legal que Moro havia proposto ao Congresso em um pacote anticrime foi rejeitada. O ex-juiz tem a esperança de que o tribunal mude de posição após Bolsonaro nomear dois integrantes da corte, um em 2020, outro em 2021. Em novembro, quem se aposenta é Celso de Mello, em cujas mãos repousa o destino de Moro no *habeas corpus* movido por Lula contra a parcialidade do ex-juiz na Lava Jato. Em junho de 2021, pendura a toga Marco Aurélio Mello.

Em maio de 2019, Bolsonaro disse que, na primeira vaga, indicaria Moro. É uma hipótese hoje pouco provável. Há certa resistência no tribunal contra o ex-juiz. E o presidente não sabe, afinal, quais são as pretensões de seu ministro. Até acenou com uma dobradinha eleitoral em 2022, com a candidatura de vice entregue a Moro, a quem gostaria de ver filiado ao partido bolsonarista em gestação, o Aliança Pelo Brasil. “Seria uma chapa imbatível”, afirmou em dezembro.

Apesar desse tipo de declaração, entre os dois tem sido uma no cravo, outra na ferradura. Bolsonaro sancionou,

**A HUMAN RIGHTS
WATCH DIVULGA UM
RELATÓRIO CONTRA
MORO POR AGIR
AO SABOR DA
“DINÂMICA ESTÁ
IMPULSIONANDO
A DESTRUIÇÃO
DESENFREADE
DA AMAZÔNIA”**



TOMAZ SILVA/ABR, REPRODUÇÃO/MÍDIA SOCIAL E JEFFERSON RUDY/AG. SENADO



em setembro, a Lei de Abuso de Autoridade, parida no Congresso como revide aos excessos da Lava Jato. Também assinou embaixo, em dezembro, a criação do “juiz de garantias”. Este supervisori- nará uma investigação até o Ministério Público apresentar uma denúncia. Depois sai de cena, sem dar sentença, missão que ficaria com outro magistrado. É uma forma de impedir juiz de primeira instância de confundir os papéis de julgador e acusador, como ocorreu com Moro nos processos de Lula, vide as conversas secretas reveladas pelo The Intercept. Na quarta- feira 15, entretanto, Toffoli deu uma liminar a suspender por 180 dias a entrada em vigor do “juiz de garantias”.

Esse dispositivo foi incluí- do pelo Congresso no pacote anticrime que Moro pro- pusera em fevereiro de 2019. Os parlamentares cozinha- ram o projeto durante o ano, à espera da queda da popu- ridade de Moro e Bolsonaro, para impor derrotas ao mi- nistro sem pagar preço alto na opinião pública. O tex- to foi aprovado de forma relâmpago em uma sema- na na Câmara e no Senado, em dezembro. Foi retirado dele, por exemplo, o *plea bar- gain*, mecanismo que reduz a pena pa- ra quem confessar um crime após ser denunciado à Justiça. Seria uma explo- são da população carcerária no medi- eval sistema penitenciário brasileiro. Também sumiu o “excludente de ilici- tude”, uma licença para a polícia matar, ameaça ainda maior à juventude negra. A propósito, ao mandar ao Legislativo uma lei específica sobre o “excludente”, em novembro, Bolsonaro ignorou o ministério de Moro, conforme uma



papelada obtida pelo líder do PSOL na Câmara, Ivan Valente.

Ano novo, dissabores idem para Moro. Na terça-feira 14, a Human Rights Watch, entidade internacional de de- fesa dos direitos humanos, divulgou seu relatório anual e cobrou do ex-juiz ações contra a devastação ambiental. “O Ministro Sérgio Moro determinou co- mo prioridade de sua gestão o combate ao crime organizado e à corrupção. Esses crimes são elementos centrais da

A cidadã Renata soube como reagir

dinâmica que está impul- sionando a destruição de- senfreada da Amazônia”, disse a entidade, para quem a questão ambien- tal é também “um proble- ma gravíssimo de seguran- ça pública e justiça”.

Na mesma terça-feira, o juiz Rodrigo Parente Paiva Bentemuller, da 15ª Vara Federal de Brasília, arqui- vou uma denúncia contra o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz, que havia sido acusado de caluniar Moro. Santa Cruz vive às turmas com o ministro, até hoje não con- seguiu ser recebido por ele. Em julho de 2019, disse em uma entrevista que o ex-juiz “usa o cargo, aniquila a inde- pendência da Polícia Federal e ainda banca o chefe de quadri- lha ao dizer que sabe das con- versas de autoridades que não são investigadas (*no caso Vaza Jato*)”. Foi essa declaração que levou o Ministério Públco a de- nunciá-lo por calúnia.

No dia 11, Moro foi ao Twitter lamentar a morte, oito dias an- tes, de um brasileiro que lutou na Segunda Guerra Mundial, o coronel Antonio Alexandrino Correia Lima, de 101 anos. “Não pode- mos esquecer o esforço brasileiro con- tra o nazifascismo e os sacrifícios dos combatentes”, escreveu. “Meu avô, seu juizeco fascista, abominava você!!!”, re- trucou Renata Gomes. Esta postou ain- da uma foto do coronel com um adesivo “Haddad 13”, da época da eleição de 2018.

Haverá adesivo desse tipo sobre Moro em 2022? Jair Bolsonaro que abra o olho. O inimigo está bem ao lado. •